

**MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2019**

**AVISO Nº 15 – RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR
DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Prefeito do Município de Garibaldi, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Aviso, o que segue:

1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS.

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO/TÉCNICO –
TURNO MANHÃ**

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 02 – Gabarito mantido.

1. O texto não aborda divulgação da leitura em “horário nobre”, mas utiliza essa expressão como uma metáfora;
2. O texto apresenta diferentes modalidades de leitura – leitura pelo professor, leitura pelo aluno, leitura compartilhada, leitura que se faz para apresentar aos outros – mas não elege uma forma “ideal” para desenvolver a competência leitora e aprimorar o léxico;
3. O texto de fato expõe que a leitura está se tornando uma atividade central em aula, por meio da qual as crianças podem conhecer diversos gêneros textuais, escritores e suas obras, valorizar diferentes estilos e apreciar textos de qualidade;
4. O aluno não apenas consegue encontrar sentido no texto a partir do momento em que compartilha suas experiências com os colegas;
5. De acordo com o texto, um dos motivos por que a leitura compartilhada precisa ganhar mais espaço na escola é o incentivo à troca de ideias sobre o que foi lido.

Questão 03 – Gabarito mantido.

A grafia correta das formas verbais segue as regras de concordância do verbo com o sujeito – singular ou plural – e da ortografia oficial. A única resposta cujos elementos correspondem respectivamente às formas corretas para as lacunas das linhas supramencionadas é a letra E.

Questão 04 – Gabarito mantido.

A questão requer, além de conhecimento lexical, noção de adequação vocabular (sintática e semântica). Propõe-se a substituição de duas palavras, ou seja, não basta que apenas uma palavra das alternativas esteja adequada. “Patamar” e “proficiência” poderiam ser substituídas respectivamente pelos vocábulos propostos na alternativa C.

Questão 05 – Gabarito mantido.

- I. O texto não é dissertativo e não apresenta diálogos;
- II. O texto apresenta cunho informativo e foi escrito primordialmente na norma culta da língua portuguesa;
- III. O texto apresenta um parágrafo constituído de apenas uma frase ou período.

LEGISLAÇÃO

Questão 18 – Gabarito mantido.

O gabarito está em conformidade com o disposto no art. 78 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Garibaldi.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 22 – Gabarito mantido.

Ao negar uma condicional, mantemos a primeira proposição (p e q), trocamos o conectivo por uma conjunção (e) e negamos somente a segunda proposição da condicional (r). Assim, a negação da proposição do enunciado está explícita na alternativa C.

Questão 25 – Gabarito mantido.

No gabarito preliminar já consta como correta a alternativa D.

Questão 28 – Gabarito mantido.

No gabarito preliminar já consta como correta a alternativa C.

Questão 30 – Gabarito mantido.

No gabarito preliminar já consta como correta a alternativa B.

CONHECIMENTOS GERAIS – EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO/TÉCNICO – TURNO TARDE

LEGISLAÇÃO

Questão 17 – Gabarito mantido.

Na forma do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Garibaldi, o prefeito municipal não tem competência para editar medidas provisórias. Ademais, a edição de medidas provisórias é competência privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 84, XXVI, da Constituição Federal.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 21 – Gabarito mantido.

O conteúdo referente à construção de tabelas-verdade está incluso nesse edital. Portanto, a questão está de acordo com os conteúdos programáticos.

Questão 22 – Gabarito mantido.

O conteúdo referente a proposições está incluso nesse edital. Portanto, a questão está de acordo com os conteúdos programáticos. Além disso, a negação da proposição condicional é uma proposição que apresenta uma conjunção lógica, a qual pode ser expressa por “e” ou “mas”. Assim, de acordo com a lógica, a negação da proposição está corretamente apresentada na alternativa A.

Questão 23 – Gabarito mantido.

O conteúdo referente a proposições, em conjunto com a sua aplicação em problemas, está incluso nesse edital. Portanto, a questão está de acordo com os conteúdos programáticos.

Questão 25 – Gabarito mantido.

A partir do enunciado, conclui-se que a razão entre o número de lugares desocupados e o total de lugares é de 5/8. Assim, 5/8 de 200 equivale a 125 lugares. Portanto, a resposta correta é E.

Questão 29 – Gabarito mantido.

O problema apresentado aborda o conteúdo referente à análise combinatória, sendo esse assunto contemplado pelo presente edital.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CARGOS PÚBLICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

Questão 31 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010” – e conta com os itens “Administração Pública e Contabilidade Geral” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,

Segundo: a seguir, analisa-se alternativa por alternativa com base o item “30 Contabilidade pública e controle na administração pública” da referida bibliografia e, de modo auxiliar, com base nas referências “Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11” e na “Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002”, que institui o Código Civil.

Alternativa A: a contabilidade na Administração Pública objetiva fornecer dados sobre organização e execução dos orçamentos, normas para o registro das entradas de receita, normas para o registro de desembolsos da despesa, controle de custos e eficiência do setor público entre outros (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 234);

Alternativa B: em se tratando de objeto de ESTUDO, no âmbito da Administração Pública, a contabilidade tem como objeto de ESTUDO a administração direta e a indireta. Seu campo de aplicação é restrito à Administração Pública direta e indireta nos três níveis de governos (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 233-234);

Alternativa C: no que tange à contabilidade na Administração Pública, a criação do SIAFI no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional em 1987, a unificação dos orçamentos pela Constituição Federal de 1988 e a aprovação das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram algumas das medidas e ações realizadas nas últimas décadas no Brasil (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 235);

Alternativa D: o objeto da contabilidade, seja ela pública ou privada, é o patrimônio. Assim, o objeto da contabilidade no âmbito da Administração Pública é o patrimônio público, com exceção dos bens de domínio público, como rodovias, parques, ruas, praças entre outros. A expressão “patrimônio público” designa os bens de natureza patrimonial vinculados aos órgãos e às instituições dos poderes públicos, como equipamentos, prédios, veículos, máquinas, etc., bem como os bens públicos de uso coletivo, disponibilizados à sociedade ou que estão a seu serviço (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 233). A referência “Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11”, em suas p. 5-6, conceitua patrimônio público como “o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações” e afirma que o “objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público”. Adentrando no campo conceitual, imprescindível especialmente no campo do Setor Público, a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, em seu Art. 99 divide os bens públicos segundo a sua destinação em três categorias – bens de uso comum do povo ou de domínio público, bens de uso especial ou do patrimônio administrativo indisponível e bens dominicais ou do patrimônio disponível – incisos I, II e III respectivamente. Diante do exposto, os bens públicos são classificados segundo a sua destinação – conceitualmente diferentes – e não recebem o mesmo tratamento ou análise no âmbito da contabilidade na Administração Pública. Rodovias, parques, ruas, praças são bens de uso comum do povo ou de domínio público, constituem o patrimônio público, mas não são objetos da contabilidade pública; e,

Alternativa E: no âmbito da Administração Pública, a contabilidade trabalha com o regime de caixa para registro das receitas e de competência para as despesas (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 235).

Em sendo assim, a única alternativa incorreta na questão é a de letra “D” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 32 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede – o nome do ato administrativo em espécie unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público –, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010” – e conta com o item “Atos Administrativos” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão;

Segundo: com base no item “7.10 Atos administrativos em espécie” da referida bibliografia, os atos administrativos em espécie podem ser divididos em duas categorias – quanto ao conteúdo e quanto à forma – admissão é do primeiro tipo. Conforme definição, “admissão é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público”. A parte do texto disponível no enunciado que define o ato administrativo – [...] unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público [...] – é *ipsis litteris* ao do texto disponível na bibliografia consultada. Trata-se de um conceito similar em alguma parte, mas específico e diferente de conceitos de atos administrativos como autorização, licença, permissão, aprovação, homologação, parecer, visto, decreto, portaria, resolução, circular, despacho, alvará; e,

Terceiro: a questão em análise apresenta um conceito de um ato administrativo específico disponível em bibliografia reconhecida e amplamente utilizada no campo de estudo do direito administrativo. O conteúdo programático que envolve o conhecimento acerca dos diferentes atos administrativos é recorrente em inúmeras questões de certames para vários cargos. O texto da questão de número 32, considerando o exemplo apresentado, não é *ipsis litteris* – nem no enunciado, nem na ordem ou no conteúdo das alternativas. Acompanhar e ter acesso à totalidade de questões já apresentadas em provas de concurso, não apenas para o conteúdo em questão, mas para todos os conteúdos é algo inviável e impossível. Questões parecidas, que cobram um mesmo conceito/definição, não podem ser confundidas com questões iguais em sua totalidade textual. Ademais, não aceitar que algum conceito/definição/assunto seja cobrado mais de uma vez em questões de concursos nos levaria, invariavelmente, ao esgotamento de possibilidades de questões.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “A” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 34 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012” – e conta com o item “Princípios Orçamentários” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,

Segundo: a definição dada no enunciado da questão pode ser encontrada no item “5 Princípios orçamentários e sua validade” da referida bibliografia. A questão em análise apresenta uma definição de um princípio orçamentário específico disponível em bibliografia reconhecida e amplamente utilizada no campo de estudo do orçamento público. O conteúdo programático que envolve o conhecimento acerca dos diferentes princípios orçamentários é recorrente em concursos públicos. O texto da questão de número 34, considerando o exemplo apresentado, não é *ipsis litteris* – nem no enunciado, nem na ordem ou no conteúdo das alternativas. Acompanhar e ter acesso à totalidade de questões já apresentadas em provas de concurso, não apenas para o conteúdo em questão, mas para todos os conteúdos é algo inviável e impossível. Questões parecidas, que cobram um mesmo conceito/definição, não podem ser confundidas com questões iguais em sua totalidade textual. Ademais, não aceitar que algum conceito/definição/assunto seja cobrado mais de uma vez em questões de concursos nos levaria, invariavelmente, ao esgotamento de possibilidades de questões.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “E” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 35 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil” – e conta

com o item “Administração Pública” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,
Segundo: a seguir, analisa-se alternativa por alternativa com base na Constituição Federal de 1988.
Alternativa A: em verdade, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e EFICIÊNCIA;
Alternativa B: em verdade, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, de dois cargos de professor OU quando houver compatibilidade de horários, de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
Alternativa C: em verdade, publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter EDUCATIVO, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
Alternativa D: em verdade, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos POLÍTICOS, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível; e,
Alternativa E: o texto da alternativa “E” está de acordo com o texto do inciso V da Constituição Federal de 1988.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “E” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 36 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede – analisar as afirmações tendo como base os tipos de documentos –, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “KASPARY, A. J. Redação Oficial: normas e modelos. Porto Alegre: Edita, 2004” – e conta com o item “Documentos e Modelos” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,
Segundo: com base no item “Documentos” da referida bibliografia, considerando a ordem das afirmações de cima para baixo, em verdade, a segunda faz referência ao tipo de documento “Instrução” e a quarta faz referência ao tipo de documento “Edital”.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “D” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 37 – Gabarito anulado.

Não há alternativa passível de ser considerada correta.

Questão 38 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “Manual de Redação da Presidência da República” – e conta com o item “Redação Oficial” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,
Segundo: a seguir, analisa-se alternativa por alternativa com base no item “3 Atributos da redação oficial” da referida bibliografia.
Alternativa A: em verdade, nas palavras da bibliografia sugerida e consultada, a definição faz referência à concisão;
Alternativa B: em verdade, nas palavras da bibliografia sugerida e consultada, a definição faz referência à objetividade;
Alternativa C: em verdade, nas palavras da bibliografia sugerida e consultada, a definição faz referência à coesão;
Alternativa D: em verdade, nas palavras da bibliografia sugerida e consultada, a definição faz referência à clareza e precisão; e,
Alternativa E: o texto da alternativa “E” está de acordo com o item 3.6 da referida bibliografia. Complementarmente o item 6 da mesma bibliografia diz que um dos atributos da comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade, que não interessa definir padronização da mensagem comunicada, que devem ser observadas algumas orientações quanto à sua estrutura e que deve ser

evitado o uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial. Permitir ser flexível e não definir padrão não significa que as comunicações administrativas por correio eletrônico possam ser informais.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “E” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 39 – Gabarito mantido.

Primeiro: o enunciado da referida questão é claro naquilo que pede, faz uso de bibliografia sugerida disponível no Edital do certame – “FERRARA, F. Como Aplicar e Interpretar as Leis. 1. ed. Belo Horizonte: Líder, 2002” – e conta com o item “Interpretação de leis e normas administrativas” no conteúdo programático disponível no Edital do certame para sustentar o conhecimento esperado para responder a questão; e,

Segundo: com base nos itens “4 Método de interpretação e 6 Resultado da interpretação” da referida bibliografia, analisa-se as alternativas “B” e “C”.

Alternativa B: o texto que define a interpretação lógica ou racional pode ser encontrado no item “4.2 interpretação lógica ou racional”, p. 35 da referida bibliografia.

Alternativa C: o texto que define a interpretação literal está incorreto a partir do momento que afirma que tal interpretação se presta a remediar situações de incompreensão quando as palavras empregadas são equívocas ou indeterminadas ao ponto de resultar consequências contraditórias de interpretação. Segundo o autor, nesse caso, é preciso recorrer à interpretação lógica.

Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é a de letra “B” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

Questão 40 – Gabarito anulado.

Não há alternativa passível de ser considerada correta.

AGENTE FISCAL

Questão 35 – Gabarito mantido.

Assertiva I.

O refluxo de água servida é uma condição indesejável e os sistemas de esgoto devem ser concebidos e fiscalizados de forma a não apresentarem essa possibilidade – correta –

Assertiva II.

De acordo com a Norma que trata do tema (NBR 8160), bem como as recomendação da boa técnica para a concepção, execução, manutenção e fiscalização de redes de esgoto, no caso de não existir rede pública de coleta de esgoto cloacal o despejo das águas servidas das edificações deve ser realizado em um sistema particular de tratamento (fossa séptica é um exemplo de larga utilização nestes casos). – incorreta –

Assertiva III.

De acordo com a Norma que trata do tema (NBR 5626) não devem existir ligações entre redes diversas de água potável ou de água não potável. Ver item 5.4.4 – correta –

Questão 36 – Gabarito mantido.

Como solicitado no enunciado da questão, de acordo com o Código de Posturas do Município de Garibaldi:

(F) “Art. 28 É proibido a preparação de argamassa “nos passeios” ou na faixa de rolamento.” A preparação deverá ser realizada no interior do terreno ou da edificação e na impossibilidade em tabique preparado para essa tarefa.

(V) Art 20 § 1º - Os proprietários de prédios situados em logradouros que possuem meio-fio são obrigados a calçar os passeios, de acordo com as normas ditadas pela municipalidade...

(F) Art 20 § 5º - Sempre que uma via pública é pavimentada, todos os proprietários dos terrenos situados nessa via pública são obrigados a fazerem a entrada de água e ligação de tubulação de rede de esgoto. Não há menção a “ligação para consumo de energia elétrica, ou rebaixamento do meio-fio para cadeirantes”.

(V) Art. 29 Toda demolição ou construção deverá ser cercada...

(V) Art 29 § 2º - É proibida a permanência de materiais de construção...

ESCRITURÁRIO

Questão 39 – Gabarito mantido.

(F) Normalmente, curto prazo em contabilidade....período de até um ano e não dez anos como consta na afirmação.

(V) De acordo com a bibliografia sugerida, em especial:

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. – Grupos de Contas e Relatórios Contábeis – “Investimentos são aplicações que nada têm a ver com a atividade da empresa. Por exemplo:[...] compra de obras de arte[...] terrenos para futura expansão...[...]

(V) Dinheiro e itens que se transformarão rapidamente em dinheiro devem ser classificados em ativo circulante.

(V) Uma empresa que vende um imóvel para receber seu valor em cinco anos deve classificar essa conta a receber no Realizável a Longo Prazo (Ativo não circulante).

(V) Os bens que auxiliam a empresa na consecução de sua atividade pertencem ao imobilizado, são exemplos as máquinas... (grupos de Contas).

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

Questão 31 – Gabarito mantido.

A questão está em conformidade com os conteúdos elencados no presente edital, em especial: desenvolvimento da criança. Não há prejuízo em sua interpretação e resolução. Ademais, conforme o item 7.1.8 deste edital, a bibliografia é sugerida, sendo apenas orientação de locais onde encontrar o conteúdo programático, não sendo um limitador de fonte de pesquisa sendo de livre arbítrio da Banca Examinadora utilizar também outras referências na elaboração das questões das provas seletivas.

Questão 33 – Gabarito mantido.

A questão está em conformidade com os conteúdos elencados no presente edital, em especial: resolução de conflitos. Não há prejuízo em sua interpretação e resolução. O acesso se raiva não ocorre somente em um confronto ou desentendimento entre sujeitos. Ele pode ocorrer por questões de desorganização interna do sujeito. Ex: um barulho muito alto, finalização de uma atividade prazerosa, entre outros. Ademais, conforme o item 7.1.8 deste edital, a bibliografia é sugerida, sendo apenas orientação de locais onde encontrar o conteúdo programático, não sendo um limitador de fonte de pesquisa sendo de livre arbítrio da Banca Examinadora utilizar também outras referências na elaboração das questões das provas seletivas.

Questão 36 – Gabarito mantido.

A resposta correta já consta como letra “E” no gabarito preliminar, ou seja, as afirmativas I, II e III estão corretas.

TESOUREIRO

Questão 33 – Gabarito mantido.

A resposta está em conformidade com a definição do Pronunciamento:

Definições 9.

Os termos abaixo são utilizados neste Pronunciamento com os seguintes significados:

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Conteúdo constante no conteúdo programático: Demonstrativo do Valor Adicionado. Bibliografia indicada: CPC – Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A afirmativa “A) representa os valores de ingresso para empresa.”, não consta na definição do pronunciamento, está incorreta.

A afirmativa “B) representa o valor adicionado aos bens por avaliação patrimonial.”, não consta na definição do pronunciamento, está incorreta.

A afirmativa “C) representa a margem adicionada ao produto para venda com lucro.”, não consta na definição do pronunciamento, está incorreta.

A afirmativa “D) representa a diferença do patrimônio líquido quando da constituição do órgão para o final do exercício.”, não consta na definição do pronunciamento, está incorreta.

A afirmativa “E) representa a diferença entre o valor das vendas e as aquisições de terceiros.”, consta na definição do pronunciamento, está correta.

Questão 34 – Gabarito mantido.

A questão tem como base o artigo 16 da LC 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Logo:

A afirmativa “I – declaração do ordenador justificando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias”, consta no inciso II do referido artigo, está correta.

A afirmativa “II – demonstrar a transferência de recursos repassados pela União para cobrir essa despesa” não consta nos incisos e parágrafos do artigo 16, está incorreta.

A afirmativa “III – declaração do ordenador apresentando o aumento de receita em montante suficiente para cobrir essa despesa no DVA.” não consta nos incisos e parágrafos do artigo 16, está incorreta.

A afirmativa “IV – estimativa do impacto fiscal no exercício de vigência e os três seguintes.” não consta nos incisos e parágrafos do artigo 16, está incorreta.

Questão 38 – Gabarito mantido.

O DR tem como base o item 102 da NBC TSP 11:

Informação a ser apresentada na demonstração do resultado

102. No mínimo, a demonstração do resultado deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

(a) receita;

(b) despesa;

(c) parcela do resultado de coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial;

(d) ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e

(e) resultado do período.

O DMPL tem como base o item 118 da NBC TSP 11:

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

118. A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrando:

- (a) o resultado do período;
- (b) cada item de receita e de despesa do período que, conforme exigido por outras NBCs TSP, seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o total desses itens;
- (c) o total de receitas e de despesas do período (calculados como a soma das alíneas (a) e (b)), demonstrando separadamente o valor total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o valor correspondente à participação de não controladores; e
- (d) para cada componente do patrimônio líquido divulgado separadamente, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

A afirmativa “Os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros em cada componente do patrimônio líquido.”, consta na alínea “d” do item 118 da NBC TSP 11, se refere ao DMPL.

A afirmativa “Parcela do resultado de coligadas, controladas e empreendimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.”, consta na alínea “c” do item 102 da NBC TSP 11, se refere ao DR.

A afirmativa “Ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos relacionados a operações descontinuadas.”, consta na alínea “d” do item 102 da NBC TSP 11, se refere ao DR.

A afirmativa “Cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o total desses itens.”, consta na alínea “b” do item 118 da NBC TSP 11, se refere ao DMPL.

A afirmativa “O total de receita e de despesa do período demonstrando separadamente o valor atribuível aos proprietários da entidade controladora e o valor correspondente à participação de não controladores.”, consta na alínea “c” do item 118 da NBC TSP 11, se refere ao DMPL.

Questão 39 – Gabarito mantido.

A questão tem como base o item 2 da Parte 2 do MCASP, trata sobre os elementos das demonstrações contábeis:

2. ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme a NBC TSP – Estrutura Conceitual, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Essas estruturas fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agregar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer aos usuários informação que satisfaça aos objetivos e atinja as características qualitativas da informação contábil, levando em consideração as restrições sobre esta.

Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

A classificação do ativo e do passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme disposto na NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis²⁹.

Os elementos definidos na NBC TSP – Estrutura Conceitual são:

- a. Ativo;
- b. Passivo;
- c. Receita (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Aumentativa)
- d. Despesa (neste Manual, denominar-se-á Variação Patrimonial Diminutiva)
- e. Contribuição dos proprietários;
- f. Distribuição aos proprietários.

A afirmativa “I – Mutações no Patrimônio Líquido.”, não consta nos elementos acima transcritos, definidos no item 2 da Parte 2 do MCASP, está incorreta.

A afirmativa “II – Contribuição dos proprietários.”, consta nos elementos acima transcritos, definidos no item 2 da Parte 2 do MCASP, está correta.

A afirmativa “III – Disponibilidades.”, não consta nos elementos acima transcritos, definidos no item 2 da Parte 2 do MCASP, está incorreta.

A afirmativa “IV – Receitas.”, consta no nos elementos acima transcritos, definidos no item 2 da Parte 2 do MCASP, está correta.

A afirmativa “V – Distribuição aos proprietários.”, consta no nos elementos acima transcritos, definidos no item 2 da Parte 2 do MCASP, está correta.

MUNICÍPIO DE GARIBALDI-RS, EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

Antonio Cettolin,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
E Cumpra-se
